



Dinâmica do Desmatamento e Resultados do Projeto Cidades Florestais



idesam



Dinâmica do Desmatamento e Resultados do Projeto Cidades Florestais

Outubro de 2020

Publicação referente ao projeto: Cidades Florestais

Elaboração - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – IDESAM

idesam

Apoio - Fundo Amazônia /BNDES



Parceiros - ASPACS, APADRIT, ASPROC, CODAEMJ, AMECSARA, AACRDSU, COPRONAT, AVIVE, São Pedro do Capivara, APFOV, ASAGA; Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA), Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR), Idam - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, Prefeitura Municipal de Apuí

Autor: Pablo Pacheco – ECODATAGEO

Revisor: André Vianna – Idesam

Projeto Gráfico e Editoração: Ana Claudia Lunguinho

O Projeto Cidades Florestais

O Projeto Cidades Florestais tem como propósito promover a economia de municípios do interior do Amazonas por meio do desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis. Para impulsionar este desenvolvimento, estão sendo fomentadas as cadeias produtivas da madeira manejada e de óleos vegetais que tenham gestão e produção familiar e comunitária.

Iniciado em 2018 com apoio do Fundo Amazônia, o projeto atua junto a 15 organizações sociais nos municípios de: Apuí, Carauari, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Silves, Lábrea, Boa Vista do Ramos e Novo Aripuanã.

A atuação do projeto se concentra na: (1) provisão de assistência técnica e de gestão, apoiando desde a produção e licenciamento até a comercialização; (2) implantação de plataforma digital e aplicativo de apoio à gestão da produção comunitária; (3) implementação de novos equipamentos e maquinários para a atividade florestal; (4) instalação da Rede de Óleos da Amazônia, com a construção de duas novas miniusinas de extração de óleos vegetais, uma na RDS do Uatumã e outra em Apuí, além de apoio estrutural e gerencial a outras três usinas já existentes, nos municípios de Silves, Carauari e Lábrea.

Com o objetivo de avaliar o impacto das ações do projeto, este documento é parte de uma série de três publicações que identificam o desmatamento nos municípios de atuação do projeto e correlacionam com os resultados obtidos pelo Projeto Cidades Florestais. Dessa forma, esperamos avaliar e divulgar como e se o projeto está contribuindo para a contenção do desmatamento no Amazonas.



Metodologia

A avaliação descrita neste documento considerou três períodos para análises: **o ano de 2017** que é tratado como o ano-base, por ser anterior ao início do projeto; **de 2008 a 2018**, período anterior ao início do projeto; **março de 2018 a julho de 2019**, primeira fase do projeto. Em ambos os períodos as seguintes camadas de territórios foram consideradas: estado do Amazonas; municípios de atuação do projeto; território especial de atuação do projeto, como Unidades de Conservação, assentamentos da reforma agrária e lotes particulares.

Os dados avaliados foram o incremento¹ do desmatamento para os territórios nos períodos da avaliação, assim como os resultados do projeto.

Ao longo do presente relatório utilizamos o termo Incremento Observado ou 'IO', que pode ser entendido como o desmatamento identificado no período.

Nota técnica

Para extrairmos as informações sobre o padrão de desmatamento até o ano considerado "marco zero" para as atividades do projeto, início de 2018, o recorte temporal dos dados de incremento de desmatamento foi sobreposto aos diferentes recortes espaciais. Por meio de operações espaciais de "união" & "intersecção" criou-se **o incremento observado (IO)² de desmatamento** para cada tipo de território com série histórica de 2008 a 2019. **O incremento observado é o valor de área calculado, após as operações de intersecção e recortes do PRODES com as feições territoriais apoiadas pelo projeto (Municípios, Unidades de Conservação e Lotes).** As áreas foram calculadas usando como referência o sistema de projeção "South_America_Albers_Equal_Area_Conic".

Período anterior ao projeto

➤ Território: Amazonas

O estado do Amazonas possui uma conformação geopolítica e ambiental com distintas formas de antropização, e por consequência, diferentes formas de uso do solo, trazendo variabilidade espacial nas formas e incrementos de desmatamentos.

No período avaliado, o Amazonas ocupou a quarta posição, dentre os estados da Amazônia, em relação ao aumento do desmatamento. Nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, respectivamente, o aumento ocorreu em maior intensidade.

¹ Incremento de desmatamento é a camada vetorial do PRODES extraído da plataforma *terrabrasilis* <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>.

² Incremento Observado se refere a informações onde houve operações espaciais do tipo "intersecção" em diferentes camadas territoriais (estado, município, UCs, assentamentos), onde as áreas foram recalculadas após as operações, utilizando projeção "South_America_Albers_Equal_Area_Conic". Veja <https://spatialreference.org/>.

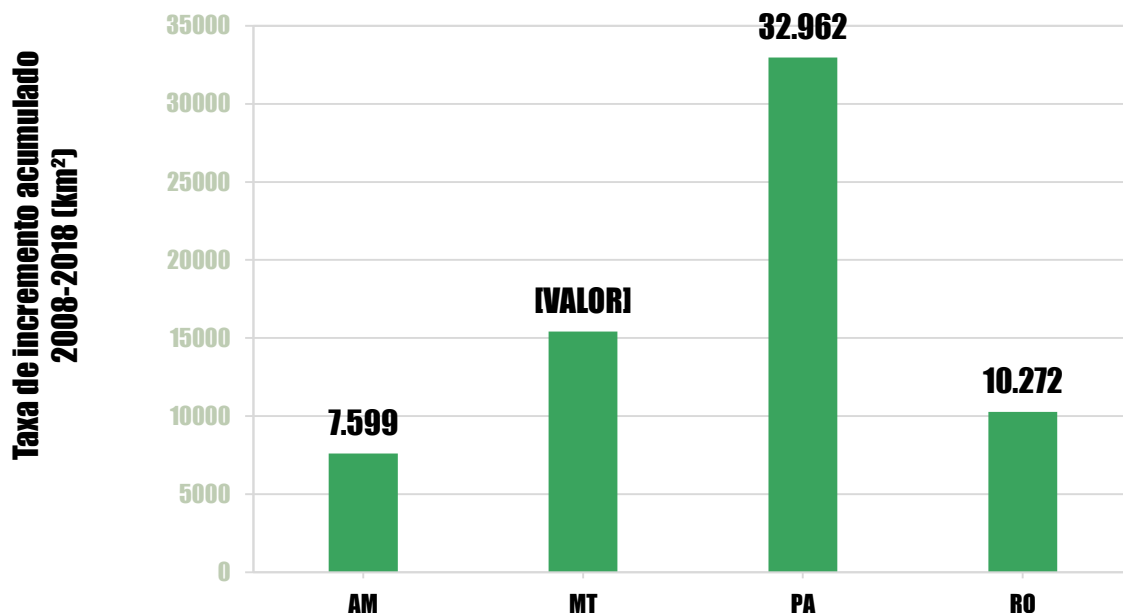
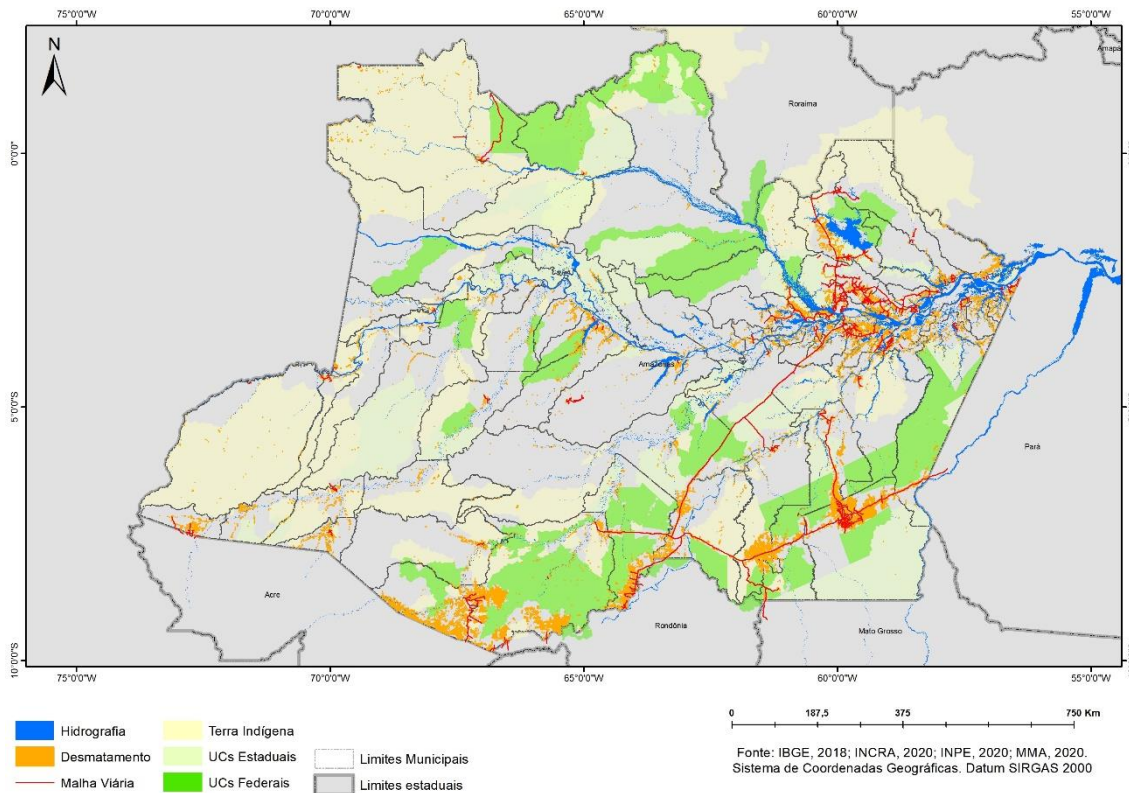


Gráfico 1: Taxa de Incremento de Desmatamento Acumulado ao longo do período de 2008-2018 em km².

O Amazonas é o quarto estado nesta lista, sobretudo porque compreende uma vasta área no centro do bioma amazônico, com extensas planícies de inundação. Terrenos com estas características tornam restritivo o uso do solo pela agropecuária, o principal motor econômico da exploração da terra nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará.



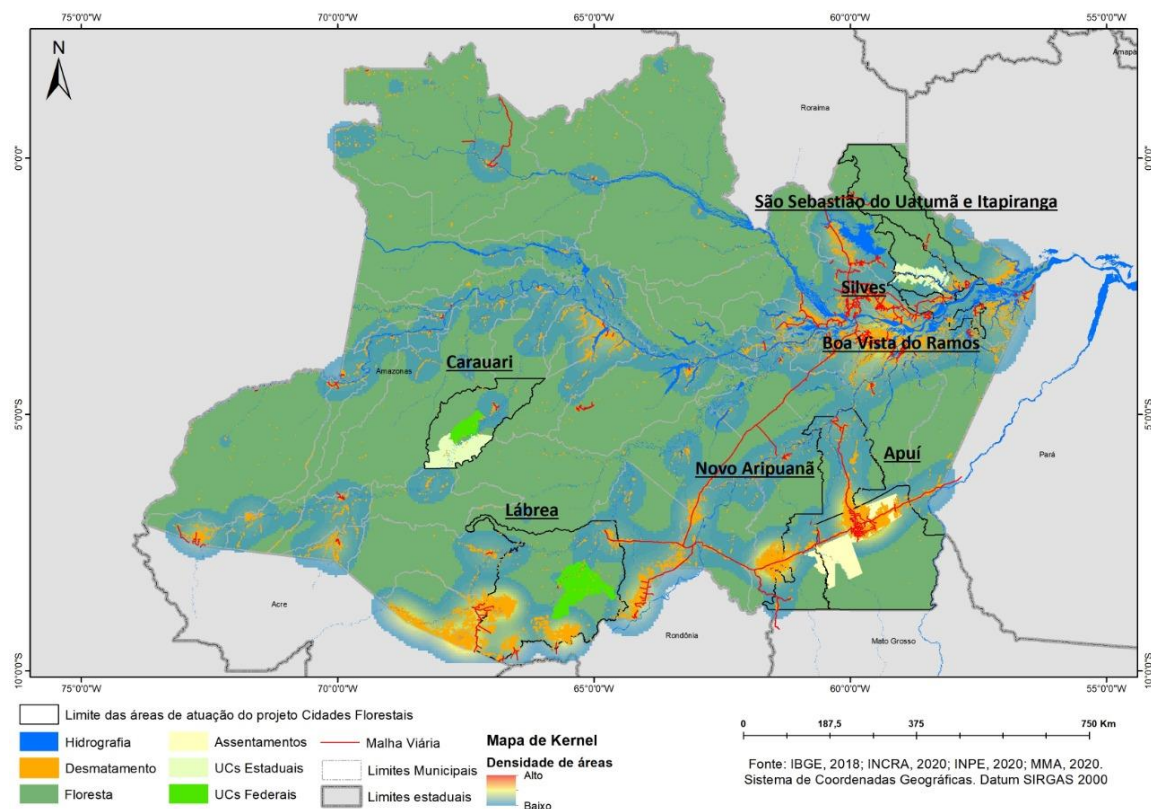
Mapa 1: Além dos distintos fatores ambientais, há particularidades geopolíticas que Mapa 1: Mapa de áreas de Incremento Observado (IO) recortado para o estado do Amazonas e sobreposto aos limites territoriais de: Municípios, Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

necessitam ser contextualizadas para compreender a dinâmica no interior do estado, como a existência de mosaico de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, além de menor malha rodoviária.

Retomando o fato de que seus estados vizinhos concentram maiores taxas de desmatamento, alguns municípios do Amazonas em região de fronteira e/ou que compartilham trechos rodoviários registram os maiores incrementos de desmatamento.

➤ Território - Municípios

O Projeto Cidades Florestais tem atuação nos seguintes municípios e territórios especiais de gestão: município de **Apuí**, Projeto de Assentamento da Reforma Agrária (PA) Rio Juma e Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Aripuanã Guariba; **Carauari**, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá; **Itapiranga e São Sebastião do Uatumã**; RDS do Uatumã; **Silves**; **Lábrea**, RESEX Ituxi; **Boa Vista do Ramos**; **Novo Aripuanã**, PAE Aripuanã Guariba.



Mapa 2: Mapa das áreas de atuação do Projeto Cidades Florestais; destacando a densidade de desmatamentos (kernel), os municípios, as Unidade de Conservação e os Projetos de Assentamentos apoiados pelo projeto.

Ao usarmos a escala municipal e por territórios de gestão especial, observamos a dinâmica de desmatamento na área de abrangência do Projeto Cidades Florestais. O

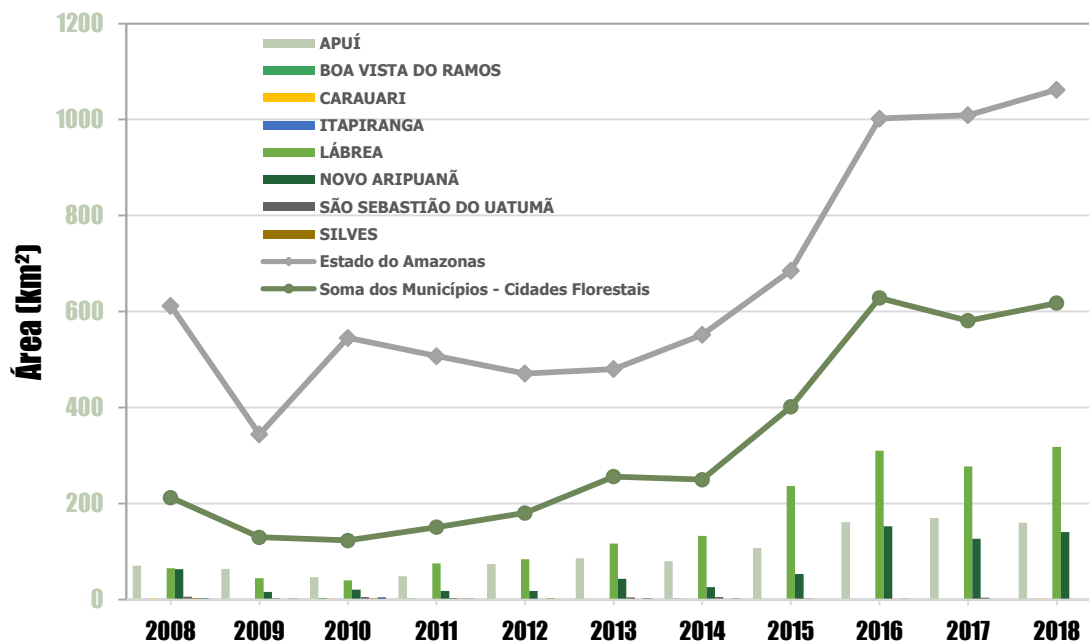


gráfico 2 mostra o Incremento Observado de Desmatamento (IO) em km² para uma escala estadual, a soma de IO para os municípios do projeto e gráficos de barra demonstrando a evolução do desmatamento nos municípios de 2008 a 2018.

Gráfico 2: Quantidade de áreas de Incremento Observado IO do estado do Amazonas (linha cinza), soma da quantidade de áreas dos municípios do projeto (linha verde). Municípios representados em barra na ordem a seguir: Apuí, Boa Vista do Ramos, Carauari, Itapiranga, Lábrea, Novo Aripuanã, São Sebastião do Uatumã, Silves.

Ao longo dos últimos onze anos (2008-2018), o comportamento sazonal do desmatamento no Amazonas apresentou uma tendência de crescimento linear. Este comportamento também é observado na soma das áreas de incremento de desmatamento dos municípios onde o Projeto Cidades Florestais atua. Contudo, o comportamento das barras que representam os municípios não mostra essa mesma sensibilidade em todos os municípios.

Particularmente entre 2008 e 2018, os municípios de Apuí, Lábrea e Novo Aripuanã, no sul do estado, somam mais de 90% das áreas de IO dos municípios abrangidos pelo projeto. Lábrea apresentou taxas menores que 100 km² até 2012 e, após esse período, se elevou para 315 km² em 2018. Apuí e Novo Aripuanã superaram a marca de 100 km² em 2015 e 2016, respectivamente, chegando a 158 e 139 km² em 2018. Note que, em 2018, a soma dos três municípios foi de 613 km² e se comparado com a área de 1.062 km² do estado do Amazonas, esses três municípios representaram 57% do incremento observado para o estado todo em 2018.

Estas áreas podem ser observadas ainda no mapa 2, onde a densidade de desmatamentos em um raio de 4 km é alta. Esses municípios representam a primeira dinâmica onde a fronteira agropecuária na Amazônia avança com os fluxos que as rodovias ofertam para o escoamento. Soma-se a isto o fato de fazerem fronteiras com

os estados do Mato Grosso e Rondônia, onde os incrementos de desmatamento também estão aumentando, a exemplo das áreas em Porto Velho.

Os municípios de Boa Vista do Ramos, Carauari, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã e Silves possuem juntos uma quantidade de área que representou no máximo, em 2010, 12,67 km², menos de 2,5% do total de áreas desmatadas no estado. Desde então, as áreas de incremento destes municípios somados passaram a representar menos de 2% até 2019 onde a taxa foi de apenas 6,4 km², tendo em vista que houve aumento de desmatamento no sul do Amazonas. No geral, o incremento anual dos municípios somados não ultrapassou 10 km² por ano e por isso tem baixa representatividade ao longo dos dez anos analisados.

O gráfico 3 exibe o percentual de Incremento Observado (IO) no estado do Amazonas e o percentual médio de IO dos municípios Apuí, Boa Vista do Ramos, Carauari, Itapiranga, Lábrea, Novo Aripuanã, São Sebastião do Uatumã e Silves.

Em relação ao ano anterior, os anos de 2009, 2011 e 2012 demonstraram um percentual médio de variação negativo, enquanto os demais sete anos demonstraram variação com percentual positivo. Esta análise evidencia uma segunda dinâmica de desmatamento dentre os municípios do Projeto Cidades Florestais, que é sensível à análise de seu percentual de IO em relação ao ano anterior. Há municípios em que uma variação pouco significativa em termos de área gera uma variação percentual elevada. A exemplo do município de Boa Vista do Ramos, onde de 2009 para 2010 houve incremento de 0,14 para 2,7 km², o que representa uma variação de 1.842%. Este comportamento se reflete nos municípios de São Sebastião do Uatumã em 2013 e 2017 (335%), Silves em 2010 (731%) e Carauari em 2016 (230%).

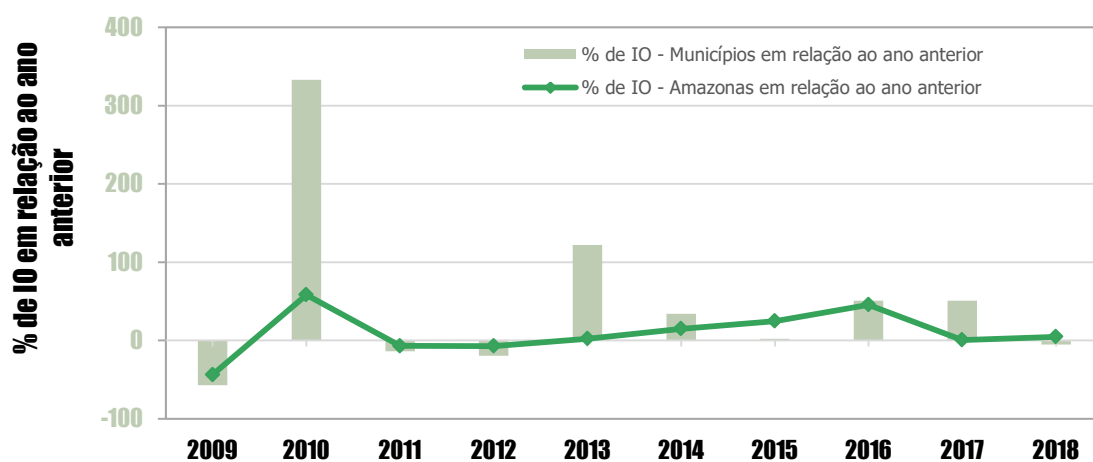


Gráfico 3: Evolução do percentual médio de Incremento de desmatamento observado em relação ao ano anterior. A linha verde indica o percentual do estado do Amazonas e a barra o percentual médio dos municípios abrangidos pelo Projeto Cidades Florestais.

➤ **Território – Projetos de Assentamento e Unidades de Conservação**

As análises nos territórios de atuação do Projeto Cidades Florestais permitem um melhor monitoramento da dinâmica de desmatamento e os efeitos das atividades do projeto. A tabela 1 sintetiza a área de incremento observado de 2008 a 2018 em Unidades de Conservação – UC e Projetos de Assentamentos – PA que estão inseridos no contexto do Projeto Cidades Florestais. Na primeira coluna da tabela está plotado o

total de Incremento Observado – IO nas Unidades de Conservação e Projetos de Assentamentos apoiados pelo Idesam no Projeto Cidades Florestais. A segunda coluna (IO) mostra apenas a porcentagem de IO da primeira coluna considerando 3.513,85 km² como o desmatamento acumulado de 2008 a 2018 na área do estudo.

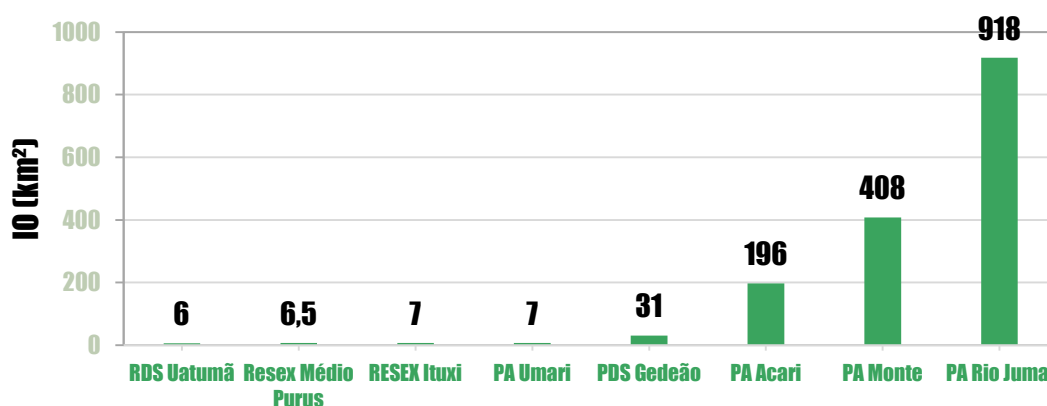
Tabela 1: Incremento Observado de Desmatamento (IO) por categoria fundiária: Municípios, Unidades de Conservação e Projetos de Assentamentos. A primeira coluna (área total do incremento de desmatamento) se refere às regiões de real atuação do projeto. A segunda coluna (B) demonstra em termos percentuais a relação entre os valores da coluna anterior, considerando o IO nos Limites das Cidades Florestais de 2008 até 2018 como 3.513 km².

Recorte territorial	Área total do Incremento de desmatamento 2008-2018 (km ²)	IO (%)
Cidades Florestais	3.513,85	100
Unidade de Conservação	17,24	0,5
Projeto de Assentamento	1.227,68	34,9

Neste resumo, os dados indicam que os incrementos são significativos nos Projetos de Assentamento, pois 35% do IO está localizado neste tipo de território que fazem sobreposição com os limites das Cidades Florestais. Assim como existem diferentes dinâmicas no incremento observado nas Cidades Florestais, os Projetos de Assentamentos também sofrem nuances, uma vez que, conforme explicado anteriormente, esta dinâmica está associada aos fluxos de ações que moldam a atual geopolítica regional.

Em virtude desta particularidade é importante destacar que, em sua maioria, os Projetos de Assentamentos e Unidades de Conservação existentes nos municípios do projeto possuem baixa taxa de Incremento Observado acumulado. O PA Riozinho, o PAE São Benedito, o PA Pacιά, o PA Uacari, a RESEX Médio Juruá, a RDS Juma e o PAE Aripuanã-Guariba possuem taxas de IO médio acumulado (2008-2018) menor que 4 km². Juntos, estes territórios somam 16 km² no acumulado de 2008-2018. Destes, apenas a RESEX Médio Juruá e o PAE Aripuanã-Guariba constituem locais de atuação do projeto.

O gráfico 4 mostra a área de IO para os demais Projetos de Assentamento (PA) e Unidades de Conservação (UC) existentes nos municípios alvo do projeto com maior área desmatada até 2018. É possível identificar que, juntos, PA Rio Juma (município de Apuí), PA Monte e PA Acari (município de Lábrea), somam em torno de 95% dos Incrementos Observados em PAs que sobrepõem aos limites das Cidades Florestais. Dentre os PAs e UCs listados no gráfico 4, apenas o PA Rio Juma, RDS do Uatumã e



Resex Ituxi integram o projeto.

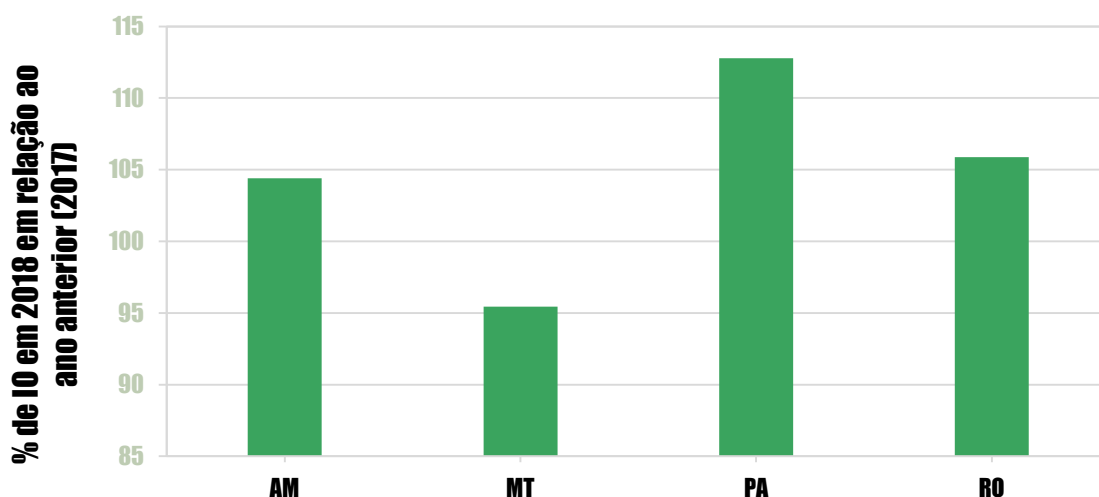
Gráfico 4: Soma de Incremento Observado de 2008-2018 para Projetos de Assentamentos e Unidades de Conservação que sobrepõem os limites das Cidades Florestais.

Primeira fase do Projeto

Março de 2018 a Julho de 2019

➤ Território – Amazonas

O estado do Amazonas, como observado anteriormente, apresenta um aumento nas taxas de desmatamento entre 2008 e 2018. Esta tendência se repete no período da primeira fase do projeto. O gráfico 5 tem por objetivo mostrar que em 2018 o percentual de Incremento de áreas desmatadas foi maior que 100%, sendo um percentual maior que o apresentado pelo estado do Mato Grosso, sobretudo pelo expressivo aumento do desmatamento na região sul do estado do Amazonas. Como o início do projeto é datado em março de 2018, a linha de base para efeito de comparações de taxas de desmatamento (incremento observado) entre diferentes



períodos é 2017.

Gráfico 5: Percentual de IO em 2018 em relação ao ano de 2017 para os principais estados da Amazônia Legal.

➤ Território - Municípios

Neste tópico, o foco principal é abordar os incrementos observados nas áreas que contém atividades diretas do Projeto Cidades Florestais no período anterior ao início do projeto e na primeira fase do projeto (início de 2018 a julho de 2019). Novamente, cabe ressaltar que a dinâmica de desmatamento está fortemente associada aos Projetos de Assentamento e na porção sul do estado do Amazonas. Assim, quando conveniente, é demonstrado o comparativo com períodos anteriores para elucidar a tendência do desmatamento. As análises estão agrupadas por Cidades Florestais e são correlacionadas com as áreas especiais (UCs ou PAs) para melhor detalhamento das ações do projeto.

Apuí

Em Apuí, no PA Rio Juma, a ação central do projeto se concentra em 28 proprietários de lotes que são beneficiários integrantes do projeto por serem associados da Associação de Produtores Familiares Ouro Verde (APFOV), que é uma das organizações sociais que integram o projeto.

De forma a avaliar a dinâmica do desmatamento em Apuí, foi quantificado o Incremento Observado de Desmatamento para os lotes da APFOV, para o PA Rio Juma e para o município como um todo nos períodos de: 2017, 2018 e 2019.

Em números absolutos, no ano de 2017 foi obtido o valor de 169,54 km² de desmatamento no município e 0,74 km² de desmatamentos nos lotes apoiados pelo projeto. Em 2018, foi registrado o IO de 158,18 km² em Apuí e 0,14 km² nos lotes apoiados pelo projeto. Já em 2019, foi registrado o IO de 287,71 km² em Apuí e 0,13 km² nos lotes apoiados pelo projeto.

A avaliação do incremento do desmatamento anual em Apuí é a que melhor permite demonstrar os impactos de outros projetos executados pelo Idesam, assim como, do Projeto Cidades Florestais. Pois é possível comparar os lotes com apoio dos projetos do Idesam com o município e com o PA Rio Juma como um todo.

O gráfico 6 demonstra, para os lotes com apoio do Idesam, para o município de Apuí e para o PA Rio Juma, a porcentagem do incremento de desmatamento em 2018 e 2019, em relação ao incremento de desmatamento de 2017.

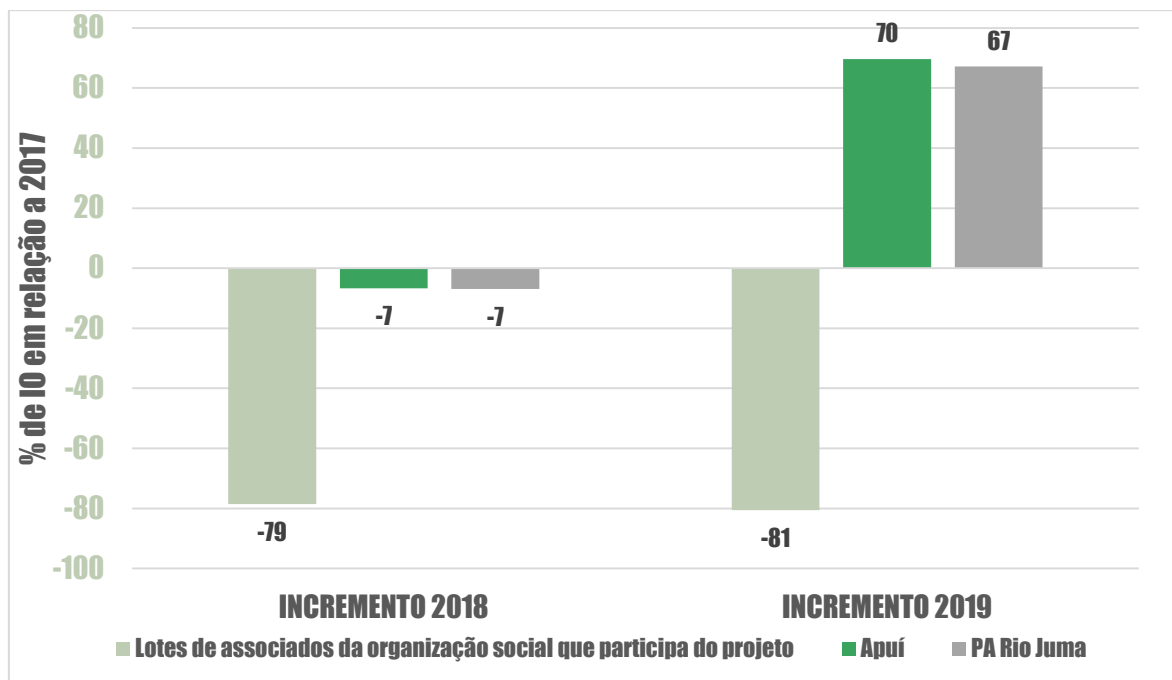


Gráfico 6: Comparação percentual de Incremento Observado (IO) de 2018 e 2019 em relação ao ano anterior do *início do projeto (2017)* para o município de Apuí, Projeto de Assentamento Rio Juma e propriedades que aderiram ao Projeto Cidades Florestais.

De acordo com o gráfico 6, em 2019, as áreas apoiadas pelo Idesam resultaram em uma taxa de incremento de desmatamento aproximadamente 150% menor do que Apuí e ao PA Rio Juma.

Durante o período avaliado, o projeto realizou junto a Associação Ouro Verde (APFOV) ações de assistência técnica florestal para licenciamento de planos de manejo e capacitações para gestão e inventário florestal, enquanto para a Associação ASAGA foram implementadas ações para melhorar a gestão, a qualidade e apoio na comercialização da produção de óleos vegetais. Ambas Associações integram o Projeto no município de Apuí.

Boa Vista do Ramos

Neste município, os incrementos observados entre o período de 2008 a 2018 apresentaram taxa menor que 10 km². Para a primeira fase do projeto, o incremento observado foi de 1,13 km². No período da primeira fase do projeto foi realizado apoio técnico para planejamento de exploração florestal em um plano de manejo florestal de pequena escala. Na propriedade onde foi executado o plano de manejo, foram observados incrementos até 2007, após esse período não se observa IO.

Carauari

As áreas abrangidas pelas atividades do Projeto Cidades Florestais estão situadas na Resex Médio Juruá e na RDS Uacari. No município de Carauari os incrementos observados entre o período de 2008 a 2018 apresentaram taxas menores que 3 km². Sendo assim, não há Incremento Observado significativo, ao longo da primeira fase do projeto nestas Unidades de Conservação. Ao longo da primeira fase do projeto foram realizadas atividades de extensão florestal para capacitação e licenciamento de atividades florestais nas duas UCs, tais como: diagnóstico florestal para avaliar potencial produtivo, elaboração de Plano de Manejo Florestal Sustentável e Inventário Florestal para licenciamento de três planos na RDS e um na Resex.

Lábrea

Em Lábrea a taxa Incremento de Desmatamento Observado foi de 381 km² para o período de março de 2018 a julho de 2019, 20% maior do que o período anterior (2017-2018).

Na Resex Ituxi foi identificado cerca de 10 km² de desmatamento até 2007. Já no período de 2008 a 2018 a taxa de Incremento Observado acumulado foi de 6,9 km². Nesta Resex, o projeto deu continuidade a um plano de manejo florestal com a realização de inventário florestal, exploração e apoio à comercialização de madeira manejada. Na unidade de produção Florestal não foi identificado presença de incrementos de desmatamento para qualquer período.

Além das ações de assistência técnica ao plano de manejo florestal madeireiro da Resex Ituxi, o projeto, em sua primeira fase, apoiou a produção e comercialização de óleos vegetais em usina localizada na área urbana de Lábrea. Nesta primeira fase

do projeto a RESEX do Ituxi apresentou 0,30 km² de incremento observado em 2018 e não houve incrementos para 2019.

São Sebastião do Uatumã e Itapiranga

Como observado anteriormente estes municípios apresentaram baixa taxa de incremento observado no período anterior ao projeto. Neste mesmo contexto o município de Itapiranga exibiu 1,1 km² de incrementos totais ao longo da primeira fase do projeto, sendo que o valor observado em 2017 (1,15 km²), foi maior que os valores de 2018 (0,25 km²) e 2019 (0,87 km²).

O município de São Sebastião do Uatumã apresentou 0,72 km² de incrementos em 2018 e 2,2 km² em 2019.

Assim como grande parte das Cidades Florestais que não estão situadas no sul do Amazonas, a taxa de Incremento Observado nesta região não é expressiva. Na RDS do Uatumã foi identificado IO de cerca de 59 km² acumulados até 2008 e IO total de 6 km² entre 2008 e 2018. Em 2019, o valor de IO foi 0,64 km².

O projeto prove assistência técnica para a associação de moradores da RDS do Uatumã e tem fomentado a produção florestal por meio de licenciamento de Plano de Manejo Florestal e apoio à extração e comercialização de óleos vegetais. Para a área de manejo florestal, não foi identificado incremento de desmatamento.

Silves

No município de Silves nos períodos avaliados, foi identificado IO de cerca de 0,61 km² no ano de 2018 & 1,63 km² no ano de 2019. Porém esses incrementos não são expressivos a considerar a extensão territorial e taxas históricas deste município. Neste município, o projeto tem apoiado a produção e comercialização de óleos vegetais da cooperativa Copronat (Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia) e iniciou processo de licenciamento de plano de manejo em cinco lotes de associados da Associação São Pedro do Capivara.

Considerações finais

Este relatório apresentou dados de Incrementos Observados de desmatamento a partir do recorte de informações do PRODES para as áreas onde o Projeto Cidades Florestais atua. Com o objetivo de avaliar o impacto das ações do projeto, este documento é parte de uma série de três publicações que identificam o desmatamento e correlacionam com os resultados obtidos pelo Cidades Florestais. A avaliação descrita neste documento considerou três períodos para análises: **o ano de 2017** que é tratado como a linha base, pois representa o ano anterior ao início do projeto; **de 2008 a 2018**, período anterior ao início do projeto; **março de 2018 a julho de 2019**, primeira fase do projeto.

Salienta-se que entre março de 2018 e julho de 2019 as atividades do projeto se concentraram em ações de estruturação, capacitação e licenciamento de atividades. As ações de apoio à comercialização resultaram em vendas de R\$434 mil em óleos vegetais de associações em Apuí/Novo Aripuanã, Carauari, Lábrea, RDS do Uatumã e Silves. Apesar de não ter sido realizada comercialização de madeira manejada neste período, as ações para licenciamento e fortalecimento da gestão comunitária podem ter gerado efeitos benéficos ao se transmitir imagem de maior controle dos territórios.

Conforme é mostrado na figura 1 ao longo dos últimos onze anos (2008-2018), o comportamento sazonal do desmatamento no Amazonas é crescente. Particularmente, os municípios de Apuí, Lábrea e Novo Aripuanã, no sul do estado, somam mais de 85% das áreas de IO dos municípios abrangidos pelo projeto. Esses municípios representam a primeira dinâmica onde a fronteira agropecuária na Amazônia avança com os fluxos que as rodovias ofertam para o escoamento. Em Apuí, em abril de 2019, foi realizada audiência pública sobre descaracterização do Projeto Assentamento Rio Juma. Após esta audiência, discussões via CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) foram realizadas quanto às implicações da descaracterização deste PA. Atualmente, essa medida está avançando e são aguardadas no município a emissão de documentos fundiários.

Em contrapartida os municípios de Boa Vista do Ramos, Carauari, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã e Silves apresentaram valores menos expressivos e representam uma segunda dinâmica de desmatamento dentre as áreas abrangidas pelo Projeto Cidades Florestais. Toda dinâmica que envolve os Projetos de Assentamentos e Unidades de Conservação, além das áreas com ações sendo efetivadas nesta primeira fase do projeto, seguem este padrão de desmatamento.

Em Apuí, é possível verificar a maior diferença entre a tendência de desmatamento na região e nas áreas apoiadas pelo projeto, nesse primeiro período avaliado do projeto, as áreas apoiadas pelo projeto apresentaram taxa de desmatamento menor que as taxas apresentadas pelo município e pelo PA Rio Juma, para o ano de 2018 a taxa de desmatamento foi aproximadamente 70% menor e para o ano de 2019 foi aproximadamente 150% menor (veja gráfico 6). Ainda que não haja correlação direta com todas as ações programadas, a primeira fase do projeto já demonstra o comprometimento das populações envolvidas nas atividades e resultados positivos de outros projetos desenvolvidos pelo Idesam. Ainda em Lábrea, também se destaca que os desmatamentos foram inexpressivos na Resex Ituxi em comparação ao município de Lábrea.

Para as regiões de Boa Vista do Ramos, Carauari, São Sebastião, Itapiranga e Silves, no entanto, o desempenho da dinâmica do desmatamento não pode ser atribuído de maneira direta ao projeto, pois as taxas de desmatamento nessas regiões são historicamente inexpressivas no contexto do estado do Amazonas. Nestes casos, os indicadores futuros para mensurar a efetividade do projeto devem se nortear pela produção extrativista desenvolvida no âmbito do projeto, mais do que pela comparação com cenário de desmatamento na região.

Realização

idesam



Parceiros



APADRIT
Associação dos Produtores
Agroextrativista da Assembléia de Deus
do Rio Ituxi



CODAEMJ

Cooperativa Mista de Desenvolvimento
Sustentável e Economia Solidária da
Reserva Extrativista do Médio Juruá

AMECSARA

Associação de Moradores
Extrativistas da Comunidade
de São Raimundo



Associação São
Pedro do Capivara



Secretaria do
Meio Ambiente



Secretaria de
Produção
Rural

